

EXPRESSÃO ORAL E ESCRITA

O pensamento de Mattoso Camara JR.

Luiz Martins Monteiro de Barros

(UFF - ABRAFIL)

Terezinha da Fonseca Passos Bittencourt

(UFF - ABRAFIL)

Ainda que no campo da teorização lingüística e na área da descrição do nosso idioma a obra de Mattoso Camara Jr. seja bastante conhecida entre mestres e alunos, o mesmo não sucede com as suas pesquisas a respeito do ensino de língua materna. De fato, tais pesquisas não têm merecido dos estudiosos a mesma atenção e divulgação. Podem, todavia, oferecer relevantes subsídios àqueles que se ocupam e se preocupam com as questões concernentes à criação de textos⁷⁹ orais e escritos, constituindo-se, pois, em seguro arrimo para professores de Português em suas atividades de sala de aula.

Infelizmente, na área de estudos sobre a linguagem, não raro se condenam ao silenciamento e se enclausuram no esquecimento contribuições de pesquisadores de outrora, sob o pretexto de estarem “ultrapassadas” ou sob a alegação de que a *praxis* do momento representa uma “moderna visão” do objeto, um “corte epistemológico”, uma “revolução científica” e outros quejandos pregões do novidadeirismo que obliteram a memória das idéias lingüísticas, ignoram a nossa humana condição de sujeitos históricos e fazem pouco caso do princípio de que a verdade não tem idade.

Neste espaço, pretendemos justamente resgatar e discutir algumas das reflexões de Mattoso Camara sobre a produção de textos, contidas no *Manual de Expressão Oral e Escrita*, cuja primeira edição veio a lume em 1961.

Não é exagero afirmar que nos últimos tempos a desorientação tem sido marca constante do ensino de língua materna em nossas escolas, em virtude de muitos fatores: alguns, de ordem política, sobejamente conhecidos e de competência da sociedade como um todo; outros, de natureza teórico-metodológica, de competência estrita dos estudiosos da linguagem.

Inegavelmente, a Lingüística tem oferecido importantes contribuições para o ensino da língua pátria, haja vista a grande quantidade de artigos, ensaios, dissertações e teses publicados recentemente acerca do tema; entretanto, também tem dado causa a toda sorte de confusão.

Em virtude da existência, neste limiar do século XXI, de múltiplas correntes de estudos sobre a linguagem, cada qual com o seu próprio aparato conceptual e terminológico, os professores de língua portuguesa ficam freqüentemente atordoados, sem

⁷⁹ Rotulamos como texto o produto da ação verbal. Considerando o caráter finalístico do agir lingüístico, todo texto carrega, por princípio, uma intencionalidade significativa/comunicativa.

compreenderem a utilidade dos pressupostos teóricos que lhes são transmitidos nos cursos de Letras e sem perceberem a relação entre os conceitos (mal) assimilados e a futura prática docente.

Vitimados pelos fugazes modismos acadêmicos, aturdidos pelo *dernier cri* no campo das ciências da linguagem ou aprisionados às especificidades de um modelo epistemológico preferido por determinado mestre ou predominante em determinada instituição universitária, os recém-licenciados em Letras costumam chegar às escolas de ensino fundamental e médio sem saberem exatamente o que ministrar aos alunos, confundindo, muitas vezes, conteúdos próprios de aulas de Português com concepções específicas de certo ramo ou corrente da Lingüística ou da Semiótica.

Tal situação acarreta desastrosas conseqüências na vida profissional do professorado, conforme mostra Uchôa (2002) em artigo de indispensável leitura para todos os que atuam na área do magistério. Analisando as questões de uma prova de concurso público, destinado a selecionar docentes de língua portuguesa, Uchôa aponta e discute as razões que levaram os candidatos a um pífio desempenho, em que se põe à mostra deficiente formação lingüística e metalingüística. Vale ressaltar que da prova constavam questões sobre variedade padrão, organização textual, classes e categorias gramaticais, assuntos cujo conhecimento é *conditio sine qua non* para adequada atividade de quem pretende ensinar o nosso idioma.

Bem se sabe que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), documentos de cunho governamental, com orientações para a educação básica (cf. Brasil: 1998a, 1998b, 2002a, 2002b), além de refletirem as novidades passageiras que, desafortunadamente, têm caracterizado os estudos de linguagem no âmbito universitário, pouco podem contribuir para alterar o quadro atual de ensino da língua materna. As suas diretrizes, embora destaquem, com acerto, a necessidade de priorizar processos e procedimentos que estimulem a produção verbal dos alunos, estão entremeadas de impropriedades de ordem teórica e metodológica: basta lembrar a relevância que atribuem, com lastro em variadas definições ou confuso entendimento, a uma série de termos-chave (v.g., “texto”, “discurso”), espelhando, pois, a densa polissemia de que se impregnaram os referidos termos no largo espectro das pesquisas lingüísticas da atualidade⁸⁰. Além disso, os PNC não fazem nítida e indispensável distinção entre os três níveis de funcionamento da linguagem (os níveis universal, sócio-histórico e individual), a que alude Coseriu em várias das suas obras.

Por força dos chamados “temas transversais”, os PCN acabam por distorcer o foco do ensino de Português, atribuindo ao professor da matéria o cumprimento de tarefas para as quais normalmente não recebe o devido preparo. Assim, de acordo com os *Parâmetros*, cabe aos docentes de língua materna, dotados de presumida e presun-

⁸⁰ Ressalve-se que em 2006 o Ministério da Educação publicou as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, documento em que se reformulam e se discutem alguns dos fundamentos teóricos e metodológicos apresentados nos *Parâmetros*. Por limitações de espaço, o conteúdo e reflexos de tal documento não podem ser aqui analisados.

cosa polivalência, tratar, por meio da leitura e produção de textos, de *Ética, Pluralidade Cultural, Meio-Ambiente, Saúde e Orientação Sexual*. Acrescente-se que os PCN, ao enfatizarem a idéia de “adequação contextual”, em detrimento da “correção gramatical”, parece não levarem em conta que uma e outra igualmente apontam para propriedades deônticas inerentes à linguagem, isto é, ambas dizem respeito ao emprego de normas constitutivas da *hexis* verbal, sendo, portanto, indispensáveis à eficácia do processo comunicativo, ainda que em certas situações a adequação possa prevalecer sobre a gramaticalidade.

Refletindo as imprecisões dos PCN, inúmeras coleções didáticas – muitas delas patrocinadas com o dinheiro público, por meio do Programa Nacional do Livro Didático - e diversos manuais de redação, ultimamente publicados, longe estão de prestar qualquer auxílio aos que se dedicam ao ensino da língua materna. Transformados em objetos de consumo descartáveis, a serem vendidos na grande praça da Educação, e atraindo o olhar curioso do leitor pela profusão de cores estampadas em suas páginas (expediente corriqueiramente utilizado por puro interesse mercadológico), tais compêndios carecem, via de regra, de apropriado projeto pedagógico e de consistente fundamentação lingüística, tanto teórica quanto descritiva.

Diante de quadro tão desalentador, tal como Drummond, o professor se pergunta, *E agora, José?*, Sem Pasárgadas para buscar, só resta dançar com Bandeira o tango argentino? Em verdade, para enfrentar certas questões que tanto inquietam a muitos que se preocupam com os rumos do ensino da nossa língua, julgamos oportuno insistir no que já sugerimos alhures⁸¹: “Face à caótica situação atual, melhor voltar ao passado em busca de um princípio de ordenação, pois neste caso, como em outros, o bom senso recomenda guarida ao conselho de Verdi: *Torniamo all’antico; sarà un progresso*”.

Vamos, pois, buscar no passado, mais precisamente na obra de Joaquim Mattoso Camara Jr., alguns princípios para segura orientação no desenvolvimento de métodos de ensino voltados para a produção textual.

Com o propósito de alcançar o grande público leitor, o *Manual de Expressão Oral e Escrita* foi inicialmente editado, conforme já assinalamos, em 1961. A obra é resultado de aulas ministradas durante anos consecutivos por Mattoso Camara aos oficiais alunos da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica. Uma versão menos extensa do texto já havia sido impressa em 1952, para distribuição interna na referida Escola. Alguns dos seus capítulos também foram previamente publicados em números esparsos da *Revista de Cultura*.

Visto em seu conjunto, o *Manual* é uma espécie de guia com sugestões teóricas e práticas para os que desejam ampliar e tornar mais eficiente a capacidade de comunicação oral e escrita. Espera-se, portanto, que o livro possa ser útil, como diz o pró-

81 Cf. Barros (2006: 48)

prio autor, “aos que necessitam de escrever ou falar em público, por injunções da sua vida profissional”.

Conforme já indicia o título da obra, é possível dividi-la em duas partes principais. Na primeira parte, Mattoso analisa variados aspectos da “expressão oral”⁸². De início, mostra como a expressividade emerge através da elocução e da mímica; em seguida, discute questões propriamente ligadas ao planejamento (composição) do discurso.

No que concerne à atividade elocucional, Mattoso centra a atenção nos seguintes pontos: articulação dos fonemas, ritmo da fala e “inflexão da voz”. Conforme ele acertadamente afirma, a compreensão das palavras depende, antes de mais nada, da apropriada emissão dos sons, pois a falta de firmeza e nitidez articulatória é “tão prejudicial, para quem fala, como uma letra ilegível para quem escreve”.

No que tange à gestualidade que naturalmente acompanha o ato de falar, hoje matéria de estudo da Cinésica⁸³, Mattoso faz meticoloso exame de seus vícios e virtudes. Entre os defeitos apontados, estão, por exemplo, certos cacoetes e movimentos mecânicos, que só servem para desviar a atenção do ouvinte.

Segundo Mattoso, para se tirar proveito de todos os recursos expressivos permitidos pelo processo da enunciação, necessário se faz a reiterada realização de diversos exercícios, entre os quais, adquire particular relevo a “leitura em voz alta”. Vale repetir o que ele afirma sobre tal prática oral de ensino, muito usada por antigos mestres:

A leitura em voz alta na escola primária tem principalmente por fim dar-nos a capacidade de espontaneamente emprestar o tom adequado às palavras escritas que temos diante de nós e sem o qual elas ficam irremediavelmente mutiladas. (1961: 20)

Na segunda parte do *Manual*, são arrolados e discutidos diversos tópicos referentes à produção de textos escritos. Nesta seção da obra, Mattoso tece numerosos comentários sobre sintaxe, vocabulário e ortografia, sempre procurando estabelecer vínculos entre o mero conhecer e o fazer. Também discorre sobre o emprego figurado das palavras, tema de suma importância para a composição textual, que, todavia, só costuma ser analisado, ainda hoje, em aulas que tratam especificamente de literatura.

À complexa arte de escrever, Mattoso Camara confere o nome de redação. Para ele, não se há de confundir a redação *lato sensu*, instrumento de múltiplos e variados intercâmbios no cotidiano da vida comunitária, com a redação escolar, que as-

82 Para Mattoso, o termo expressão designa, em sentido lato, qualquer exposição oral ou escrita dos conteúdos de consciência; em sentido restrito, equivale a expressividade, aplicando-se a tudo que contribui, no ato de verbalização, para a sua eficácia estética ou emotivo-apelativa. (Cf. Mattoso Camara, 1964, p. 26-7; 1981, p. 114.)

83 A propósito da comunicação cinésica, consulte-se, v.g., R. L. Birdwhistell, *Kinesics and context: essays on body motion communication*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.

sume com frequência o caráter de estéril exercício formal, mero pretexto para acerto de contas gramaticais com o aluno.

A atividade redacional tem como pressuposto e suporte a competência verbal do indivíduo e o seu “domínio do assunto”. Neste ponto, Mattoso atrai a nossa reflexão para aquilo que a forte e ofuscante luz da evidência muitas vezes nos impede de enxergar: a construção e interpretação do texto não dependem apenas do nosso conhecimento da linguagem; dependem também do nosso saber enciclopédico, isto é, da nossa mundivivência, do conhecimento empírico, técnico e científico que paulatinamente adquirimos e consolidamos a respeito das coisas.

Para Mattoso, os percalços que o indivíduo encontra na construção do texto escrito são, essencialmente, de duas ordens: a) dificuldade de composição, isto é, de seleção, distribuição e compreensivo alinhavo lingüístico das idéias; b) dificuldade de representar e suprir, com os recursos gráficos, elementos que são peculiares à comunicação oral (v.g., a mímica, variações de tom e intensidade da elocução, uso de elementos que compõem o cenário do discurso, *etc.*). Acrescente-se que a apresentação visual pode acentuar certos lapsos da interlocução. Conforme pondera Mattoso (1961:71), algumas falhas, que passariam despercebidas na transitoriedade da fala, ganham corpo e “saltam aos olhos”, quando se fixam na folha de papel.

Voltado para os que desejam bem se expressar, o *Manual* aborda sob distintos ângulos o problema da correção lingüística. Mattoso trata particularmente do assunto em cinco capítulos da obra⁸⁴, considerando-o, ainda, em numerosas outras passagens do texto.

É de notar que já no capítulo introdutório do *Manual*, que recebeu o sugestivo título de “A Boa Linguagem”, Mattoso acentua que “a linguagem tem de ser boa”. Depois de fazer alguns comentários acerca da necessidade de se conhecer bem o instrumento lingüístico para bem manuseá-lo, diz direta e claramente o que entende por “boa linguagem”:

Essas considerações nos possibilitam precisar melhor o conceito de boa linguagem em seu sentido lato. Vemo-la já agora por suas três faces. Uma é a adequação ao assunto pensado; outra, certo predicado estético que nos convida a encarar com boa vontade o pensamento exposto; a terceira, enfim, uma adaptação inteligente e sutil ao ideal lingüístico coletivo, o que importa no problema da correção gramatical em seu sentido estrito. (1961: 9-10)

E acrescenta o autor:

Não são três aspectos equivalentes, e muito menos é substituível um pelos outros. É claro que a nitidez e o rigor da expressão do pensamento, ou, em outros termos, a precisão lógica da exposição lingüística tem a primazia sobre tudo mais. A

⁸⁴ São os capítulos X (A correção da linguagem), XI (A correção nas formas nominais), XII (A correção nas formas verbais), XIII (A correção nas formas pronominais) e XV (Exame de algumas supostas incorreções).

ela se adjuge, como elemento de atração, a qualidade que empolga ou seduz, predispondo a razão a se fixar no que lhe é exposto e a se deixar convencer; ou seja, o efeito retórico em última análise. Finalmente, o cuidado da correção gramatical evita que se afronte um sentimento lingüístico enraizado, que o mais das vezes tem uma motivação profunda, mas deve ser atendido mesmo quando decorre de meras convenções mais ou menos arbitrárias. (1961: 10)

Em vários pontos de sua vasta obra, Eugenio Coseriu ressalta que o lingüista não pode, sob o risco de investigar um objeto fictício, contrariar a posição adotada pelo falante em relação à própria língua, pois esta existe para o falante e, não, para o lingüista. A rigor, a tarefa do lingüista consiste em explicitar, explicar, justificar a maneira como os indivíduos agem verbalmente, considerando, inclusive, as atitudes institucionalizadas que eles adotam e manifestam com respeito à apropriação e emprego das palavras.

Creemos que essa singela afirmação feita por Coseriu, com inevitáveis reflexos no campo da correção idiomática, não seja observada por muitos estudiosos. Talvez em virtude do próprio contexto histórico em que os princípios da dicotomia correto/ incorreto passaram a ser questionados, talvez em virtude do desconhecimento ou incertezas em relação aos diferentes planos em que o fenômeno lingüístico se permite observar, o fato é que atualmente são freqüentes os equívocos a respeito do referido questionamento.

Às vezes, os equívocos resultam da confusão entre a perspectiva que tem o sujeito enquanto lingüista e a perspectiva que ele adota enquanto mero falante. Assim, assumindo a posição de lingüista, alguns representantes do Modernismo brasileiro criticam e repudiam o emprego de certas regras gramaticais. Todavia, enquanto simples falantes nativos, não deixam de pautar os seus textos pelas regras criticadas.

Às vezes, os equívocos resultam da falta de nítida percepção das dimensões ôntica, deôntica e axiológica da linguagem. Conforme já assinalado por Hegel, todo ser traz em si um “dever ser”, a que se adjuge um valer⁸⁵. Por conseguinte, o lingüista não pode se contentar com a busca de respostas para as perguntas “O que é a linguagem?”, “Como são as línguas?”, “Como é o desempenho verbal dos falantes?”. Cabe-lhe também responder perguntas do tipo “O que a linguagem deve ser, para não se transformar em algo diferente?”, “A que normas os falantes obedecem no uso da língua?”, “Que valor os interlocutores atribuem às diferentes modalidades do mesmo idioma?”.

Com frequência, o sujeito, na condição de linguista, considera apenas a dimensão ôntica da linguagem. Já o indivíduo, no primordial papel de interlocutor, mais atenta para o aspecto deôntico e axiológico do agir verbal.

85 De certo modo, tais dimensões da linguagem não escaparam à fina observação de Bourdieu (2001:99), pois este afirma que os signos constitutivos do discurso não se destinam apenas “à être compris, déchiffrés; ce sont aussi des signes de richesse destinés à être évalués, appréciés et des signes d'autorité, destinés à être crus et obéis”.

Para ilustrar as duas diferentes posições, observemos os seguintes enunciados:

(a) Nós vamos ao cinema.

(b) Nós vai ao cinema.

Respondendo à pergunta “Como é?”, o lingüista dirá que numa das construções a idéia de primeira pessoa do plural se manifesta redundantemente no verbo e no pronome-sujeito; na outra, só se manifesta no pronome. Mostrará, ainda, que a construção (a) é comumente utilizada por cidadãos escolarizados e que (b) é de emprego corrente entre cidadãos não-escolarizados. O falante, por seu turno, provavelmente irá querer respostas para indagações tais como: “Qual é a construção certa?”, “Como se deve dizer?”, “Qual a melhor forma de expressão?”. Nunca é demais repetir que só uma política idiomática, traçada por profissionais do ensino e endossada pelos membros da comunidade, ou a iniciativa dos próprios falantes é que podem mudar a valoração positiva ou negativa, prevalecente em dado momento, das formas heterogêneas da discursividade.

Na opinião de Mattoso, o conceito de correção idiomática consiste na observância do *habitus* verbal⁸⁶ que prepondera e vigora nas camadas consideradas cultas ou mais privilegiadas da comunidade. Como o uso lingüístico de tais camadas sociais varia na linha do tempo e nas dimensões do espaço, o conceito de correção deve assumir um valor relativo, o que significa abandonar o inflexível e dogmático princípio de que só existe uma maneira acertada de utilizar as formas da língua.

O ato de usar corretamente a linguagem não se resume, segundo Mattoso, a uma seca e automática obediência a convenções lentamente sedimentadas pela tradição, pois se trata de procedimento indispensável à obtenção de clareza, qualidade basilar de tudo o que se há de escrever ou falar. A rigor, as discussões e recomendações que se encadeiam ao longo do *Manual* culminam num só intento: propiciar aos usuários da língua reais condições de formular e manifestar o pensamento não apenas de modo atraente e persuasivo, mas, sobretudo, sem as impropriedades que anuviam a interlocução.

Para Mattoso, o emprego correto da linguagem não pode abrigar palavras e construções que, embora recomendadas pela tradição gramatical, tenham caído em desuso; tampouco deve livremente acolher vulgarismos, regionalismos e todas as espécies de inovações ainda não difundidas e aceites pela sociedade. Daí se infere que ele adota prudente posição de equidistância entre os defensores intransigentes de uma forma de linguagem propensa ao enrijecimento e imobilidade, precipuamente extraída de textos literários do passado, e os incendiários de plantão, que querem deitar à fogueira as regras tradicionais de “bem falar e escrever”, sob o argumento, às vezes

86 O referido *habitus* verbal, indistintamente denominado “norma culta”, “língua culta” e “linguagem normal”, distancia-se, na escala de Mattoso, da “língua popular”, situando-se, segundo ele, entre o falar espontâneo das pessoas instruídas e a língua típica dos textos literários.

justo em sua formulação, de conceder aos indivíduos plena liberdade de expressão, de evitar o autoritarismo gramatical, de combater atitudes preconceituosas e promover o igualitarismo entre as diversas modalidades de um mesmo idioma, que, embora coexistentes, são originalmente usadas por falantes de distintas regiões e diferentes classes sociais.

Mattoso Camara bem percebeu que o agir verbal, por exigência da sua finalidade comunicativa e por força de convenções que se estabelecem e se estabilizam numa comunidade, não é apenas um reiterado “falar com outros”; é também um modo permanente de “falar como outros”. Assim, quando a criança, na fase inicial do desenvolvimento da linguagem, diz “cabeu tudo”, “eu não fazi isto”, quase sempre os seus familiares, com domínio da norma culta, lhe chamam a atenção para as formas consuetudinárias: “coube tudo”, “eu não fiz isto”.

O falante, por conseguinte, sob pena de não ser entendido ou de sofrer sanções impostas pelos próprios membros do grupo em que vive, nunca está inteiramente livre para falar da maneira que bem quiser. Noutras palavras, a ninguém se concede a total liberdade de ignorar o “dever ser” decorrente da condição sócio-histórica da linguagem. A humana convivência sempre suscita o surgimento de leis, de normas de conduta, de procedimentos orientados pelos “usos e costumes”. Sem os liames deônticos, as variadas interações sociais abririam caminho para o caos, para incontável babelização, para execrando retorno à barbárie.

Por serem fator de coesão e estabilidade social, os princípios deontológicos, associados em muitos casos a conteúdos axiológicos de cunho estético, permeiam as atividades culturais dos mais diversos agrupamentos humanos. Por isso mesmo, tais princípios inevitavelmente direcionam tanto as ações lingüísticas que se observam entre pessoas letradas, quanto as que ocorrem nas comunidades ágrafas⁸⁷.

Mattoso também teve a clara percepção de que as variedades sincrônicas de uma língua são “iguais” ou homólogas enquanto sistemas de signos aptos a cumprir uma mesma função: comunicar. Todavia, não são “iguais” enquanto meio de representar e projetar, na amplidão do tempo e lugares, o acervo cultural compartilhado pelos membros de determinado estrato da sociedade. Em razão do *habitus*, conjunto de disposições duráveis, incorporadas desde a infância, os grupos humanos que estruturam determinado espaço social são desigualmente providos, como assinala Bourdieu (2001), de capital lingüístico e de recursos culturais. Assim, os falantes de Português, que adquiriram o domínio da modalidade culta do idioma, têm a possibilidade de acesso a certos bens imateriais e socioeconômicos que o simples conhecimento da modalidade popular de língua não permite.

⁸⁷ Bloomfield (1970) faz referência ao assunto: ao perguntar aos membros da comunidade indígena me-nomini (EUA), se seguiam algum modelo para falar, eles responderam afirmativamente, apontando para uma índia já bem idosa. Questionados sobre as razões da escolha, responderam com simplicidade que se devia ao fato de “ela falar bonito”. Afinal, o sentimento estético, como bem percebeu Mattoso (1961: 9 e 70), é inerente à natureza humana.

Do ponto de vista estritamente gramatical, diferentes textos serão igualmente corretos à medida que se organizem de conformidade com as unidades e regras de determinada variedade funcional de língua⁸⁸. Entretanto, podem não ser de igual modo corretos em razão de diferentes fatores, que dão origem às noções deôntico-axiológicas de congruência e adequação, já detidamente analisadas por E. Coseriu⁸⁹, e a outros juízos de valor, ainda não bem examinados pelos estudiosos da linguagem.

O igualitarismo verbal arvora a bandeira de luta contra o preconceito lingüístico, que acarreta a estigmatização de certos modos de falar e gera a discriminação social. Evidentemente, é preciso repudiar com veemência esta e tantas outras formas de preconceito. Isto, todavia, não significa fechar os olhos para a existência, em todos agrupamentos humanos, de diferentes modos de avaliação das coisas pertencentes à infinitude da realidade. Com efeito, é procedimento correto tomar o “ser em si” como objeto de uma preferência, como simples matéria em que se timbram e por que se exprimem distintos valores, instituídos, transmitidos e modificados por diversas instâncias socializadoras, como a família, a escola e a mídia.

As atitudes valorativas que imantam a vida social e que orientam o comportamento dos indivíduos em diversos contextos ou “mercados” de intercâmbio semiológico não se coadunam com o arrazoado do igualitarismo lingüístico, visto que já trazem implícito o pressuposto da *rupture de l'indifférence*, a que se refere Lavelle nos dois volumes do seu clássico *Traité des Valeurs*. É precisamente deste pressuposto que decorre o julgamento dos seres e acontecimentos como bons ou ruins, úteis ou inúteis, agradáveis ou desagradáveis, etc.⁹⁰

Por força de hábitos de avaliação, que exsurgem e se propagam na vida comunitária, o pensamento de Mattoso Camara mais uma vez contrasta com objetivos do igualitarismo verbal, haja vista que ele elabora o seu conceito de “boa linguagem” não apenas com base em princípios deônticos que trespasam a modalidade culta da língua, mas também com fundamento no conteúdo axiológico que a investe. Não se podem antepor-lhe objeções por assim proceder. Afinal, as atitudes deônticas e axiológicas não pretendem “déréaliser” os seres tais como existem, nem levantar intransponíveis barreiras entre as pessoas. Pretendem tão-somente ordenar as ações dos agentes sociais e conferir mais valor às que melhor atendem a legítima aspiração de todos à plena realização no Mundo como sujeitos singularizados por empíricas qualidades e como indivíduos universalmente capazes de conhecer e falar, de sentir e querer, de admirar e criar.

88 Para o conceito de variedade funcional de língua, ou melhor, de *língua funcional*, consulte-se E. Coseriu (1999: 283-310).

89 V. Eugenio Coseriu (1988: 92-204).

90 Para muitos, os conteúdos axiológicos sempre têm por centro gravitacional o par antinômico bom/mau. Entre os que assim pensam, está o polonês T. P. Krzeszowski, como mostram os seus estudos sobre o léxico, na linha do cognitivismo lingüístico (cf. *Angels and devils in hell: elements of axiology in semantics*. Warszawa: Energeia, 1997).

Sem o poder do que a própria sociedade avalia e avaliza como “boa linguagem”, reduzem-se as chances de integral desdobramento das virtudes e virtualidades humanas. E é justamente do trançado destas idéias que se puxa fácil o fio do pensamento de Emerson com que Mattoso Camara arremata, com finura e maestria, as lições do *Manual*: “O homem é apenas metade de si mesmo; a outra metade é a sua expressão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Luiz Martins Monteiro de. *A dimensão metafórica da criatividade lingüística*. In: CEZAR, Marina; BITTENCOURT, Terezinha; BARROS, Luiz Martins M. de. In: *Entre as fronteiras da linguagem: textos em homenagem ao Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa*. Rio de Janeiro: Lidador, 2006, p. 33-58.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Literate and illiterate speech*. In: HOCKETT, C.F.(Ed.). *A Leonard Bloomfield anthology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1970, p. 147-156.
- BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Fayard, 2001.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília : MEC/SEF, 1998a.
- . *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília : MEC/SEF, 1998b.
- . *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/ Semtec, 2002a.
- . *PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais*. Vol. linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/ Semtec, 2002b.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1961.
- . *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- . *Dicionário de lingüística e gramática*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- COSERIU, Eugenio. *Competencia lingüística: elementos de la teoría del hablar*. Madrid: Gredos, 1988.
- . *Lecciones de lingüística general*. 2. ed. rev. Madrid: Gredos, 1999.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *O professorado de português ante problemas do ensino: análise crítica de seu desempenho em um concurso público*. Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, n. 23, p. 84-101, 1.º semestre de 2002.